

A QUESTÃO DA MÃO DE OBRA NA FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL: REVISITANDO O DEBATE À LUZ DA TEORIA DA CAUSAÇÃO CIRCULAR ACUMULATIVA

Elias de Oliveira Sampaio (MP e FAPESB¹)

Resumo

O trabalho revisita questão da mão de obra na formação econômica brasileira. Objetiva problematizar o debate hegemônico sobre essa questão a partir da Teoria da Causação Circular Acumulativa. Parte da contribuição de Celso Furtado no livro *Formação Econômica do Brasil* (1959) e de três releituras dessa obra clássica publicadas em 2009, quando das celebrações do seu primeiro cinquentenário. Critica a análise do autor a respeito do papel do ex-escravos e seus descendentes na economia e na sociedade a partir da abolição até os anos de 1950. Demonstra que os argumentos utilizados pelo autor e pela maioria de seus seguidores para explicar a exclusão dos Negros, a partir das novas condições do mercado de trabalho, carece de uma profunda reavaliação histórica e teórico-conceitual, sobretudo no que se refere as consequências para o desenvolvimento econômico do país, por ele aventadas. Para isso, utiliza como principal referência bibliográfica o livro *An American Dilemma – The Negro Problem in Modern Democracy* (MYRDAL, 1944), introduzindo uma nova abordagem sobre a questão, a partir do reconhecimento da existência de Princípios de Acumulação geradores de Círculos Viciosos derivados dos diversos e complexos sistemas sociais mantenedores das precárias condições de vida dos Negros enquanto grupo social.

Abstract

The paper revisits the issue of labor in the Brazilian economic formation. Aims to problematize the hegemonic debate on this question from the Theory of Circulatory Circulation Causation. It begins with the contribution of Celso Furtado in the book *Economic Formation of Brazil* (1959) and three re-readings of this classic work published in 2009, during the celebrations of its first 50th anniversary. He criticizes the author's analysis of the role of ex-slaves and their descendants in economics and society from the abolition until the 1950s. It demonstrates that the arguments used by the author and most of his followers to explain the exclusion of Blacks People, based on the new conditions of the labor market, requires a profound historical and theoretical-conceptual reassessment, especially with regard to the respective consequences for the economic development of the country that he proposes. For this, it uses as main bibliographical reference the book *An American Dilemma - The Black Problem in Modern Democracy* (MYRDAL, 1944), introducing a new approach on the question, from the recognition of the existence of Accumulation Principles generating Vicious Circles derived from the diverse and complex social systems that maintain the precarious conditions of life of the Black People as a social group.

Palavras-Chave: Trabalho escravo - Transição Econômica - Causação Circular Acumulativa - Exclusão Racial - Desenvolvimento

Keywords: Slave labor – Economic Transition – Cumulative Circulation Causal – Racial Exclusion – Development

JEL: B25, B41, e N01

1 Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia

1. O PONTO DE PARTIDA: CELSO FURTADO E O ESTUDO DA FORMAÇÃO ECONÔMICA BRASILEIRA

Após quase sessenta anos de sua primeira edição em português em 1959, o livro *Formação Econômica do Brasil* (FEB) de Celso Furtado é uma das mais importantes obras acadêmicas no campo da economia brasileira e responsável por um conjunto de hipóteses mais aceitas sobre a explicação para a trajetória do (sub) desenvolvimento do país até a primeira metade do século XX. O trabalho e seu autor são elementos inseparáveis das primeiras estratégias de planejamento econômico governamental, especialmente da região Nordeste, quando o Brasil começa uma etapa importante de seu processo de crescimento. O maior exemplo disso é que o conceito de desenvolvimento subjacente à criação de Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) pelo presidente Juscelino Kubitschek (JK), o qual, é inteiramente baseado na sua interpretação do chamado complexo econômico do Nordeste, uma das principais categorias de análise desenvolvidas pelo autor em FEB: “um setor exportador de alta lucratividade e elevadíssima concentração de propriedade e das rendas, sustentado sobre o trabalho escravo, em articulação com um setor de subsistência de baixa produtividade e baixos lucros, que se baseou num trabalho servil, não escravo, mas tampouco livre no sentido sociológico do termo”. É esse complexo, uma vez mais, força e fraqueza, que Furtado chamou de “dual”, que marcará definitivamente o Nordeste até os nossos dias OLIVEIRA (2009 [1999]).

A partir de suas intervenções na academia e nas políticas públicas, Furtado passa a ser um dos mais importantes atores políticos do país no que se refere ao planejamento econômico, chegando, em 1962, a ser o primeiro titular do Ministério do Planejamento e mentor do Plano Trienal do governo do presidente João Goulart (Jango). Assim, tanto as políticas governamentais de desenvolvimento de JK como as de Jango foram fortemente influenciadas pelo pensamento de Celso Furtado e o conteúdo de suas teses foi um elemento fundamental para estratégias da intervenção planejada não só no Nordeste, mas em todo o país, em um período crucial para a construção das bases do chamado modelo desenvolvimentista. Suas ideias têm sido responsáveis por “fazer a cabeça” de muitos economistas locais e de outros países, consolidando-se como uma espécie de estado da arte para vários pensadores, quando das suas respectivas análises sobre a evolução da economia nacional a partir do período colonial, o início e a progressão da sua industrialização até a metade do século XX. FEB foi uma espécie de divisor de águas entre as interpretações da historiografia econômica produzidas de 1959 em diante.

Dada a sua hegemonia e com devido merecimento, no ano de 2009, foram feitos um sem número de registros comemorativos ao seu primeiro cinquentenário. Três deles merecem destaque por ratificar a sua importância, mas também, porque revelam de maneira subliminar aquilo que entendemos ser o principal problema a ser revisitado para efeito de uma interpretação mais compreensiva e atualizada sobre o papel da mão de obra dos antigos escravizados e seus descendentes no processo de desenvolvimento do país. O primeiro destes documentos são os ensaios produzidos e editados pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea). Além dos pesquisadores do próprio Instituto, o livro *50 anos de Formação Econômica do Brasil – Ensaio Sobre a Obra Clássica de Celso Furtado*, teve a participação de catorze dos mais importantes estudiosos de diversas áreas, gerações, regiões, universidades e órgãos de pesquisas brasileiros. O resultado final deste compêndio corrobora e enfatiza, de uma forma geral, os *insights* de Furtado sobre as causas para o subdesenvolvimento do país e acrescenta olhares mais atualizados sobre obra, de acordo com a especialidade e acúmulo

intelectual de cada autor. Não obstante, a despeito da importância significativa dada pelo próprio Furtado sobre o que ele chamou de *o problema da mão de obra* para a estruturação de seu entendimento sobre o subdesenvolvimento do país, há uma diminuta referência direta dessa questão ao longo de todo o trabalho. Ou seja, mesmo sendo uma parte central para a problematização feita em FEB, a explicação encontrada pelo seu autor para enquadrar tal problema em suas teses sobre o subdesenvolvimento não logrou, durante esses cinquenta anos de existência, nenhum tipo de observação, complementação ou correção a ser feita, ao menos para a grande maioria dos importantes intérpretes da obra comemorativa em comento.

No entanto, apesar de estar praticamente ausente em todo o trabalho de forma mais explícita, percebe-se, da única contribuição que trata do tema mais diretamente, que nem a proposição inicial do autor de FEB estava imune a reparos e observações, nem muito menos que a problemática poderia ser apenas algo que fizera parte da “paisagem” de FEB. Na verdade, DELGADO (2009) indica importantes detalhes sobre as questões que desenvolveremos no decorrer do presente artigo:

A falta de informações documentais e de pesquisas específicas sobre o destino dos ex-escravos, substituídos na produção do café pelo imigrante europeu, contrasta com certa prodigalidade documental, tanto sobre o afluxo desse imigrante, quando de suas relações de trabalho, antes e depois de 1870, quando o Governo da Província de São Paulo assumiu todas as despesas relativas à imigração. Essa lacuna da pesquisa histórica enseja alguma vez (excepcionalmente no caso de Celso Furtado) ilações sobre comportamento microeconômico dos ex-escravos, como provável explicação para sua relativa marginalização do mercado de trabalho na zona do café. (DELGADO, 2009, 236).

Outra amostra significativa da força do pensamento de Furtado é a edição especial do texto original – *Formação Econômica do Brasil, 50 anos, Edição Comemorativa* – acrescida de diversas contribuições feitas ao longo dos cinquenta anos de existência do livro. Nessa compilação, chamada Fortuna de Crítica (FC), há prefácios de historiadores e economistas, críticas publicadas em revistas acadêmicas e em edições estrangeiras da Europa, Estados Unidos e América Latina. Todas as contribuições apresentam elementos irrefutáveis da sua receptividade. Todavia, mesmo tendo sido alçado à categoria de um dos demiurgos do Brasil por OLIVEIRA (2009 [1999]), a exemplo de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, alguns fatores críticos significativos sobre análise de Furtado, apontados na FC, foram pouco explorados nas suas cinco décadas de longevidade.

SODRÉ (2009 [1959]), por exemplo, defende que o momento inicial da história de FEB, teria havido fragilidades importantes em sua estrutura descritiva². Já ARENA (2009 [1959]), ressalta a falta de coerência e rigor na interpretação dos fatos históricos tratados no livro³. Essas observações são intimamente relacionadas com o conteúdo e o enquadramento

2 “Celso Furtado sabe muito, mas não sabe transmitir o que sabe (...). Mas, além disso, fazendo história (...) não domina as fontes e revela mesmo desprezo por elas. (...) Ora, sem conhecimentos históricos não há como desenrolar o desenvolvimento do progresso material. (...) Porta-se como quem diz: ‘Sei economia, - e é quanto basta - história é para leigos’. Não é - e aí está o erro de um homem inteligente. E é pena, porque se trata de um grande autor, e de uma grande obra” (SODRÉ, 2009 [1959], p. 348).

3 “O autor se omite quase que inteiramente da apreciação das ações diretas e reflexas dos movimentos da infraestrutura econômica na superestrutura social, (...). Como ele não parece dispor de outra teoria para explicar os fatos socioeconômicos, sua exposição é frequentemente parcial, unilateral, carente de coerência e de visão de conjunto. Economista, ele tende sempre a suprir essa falta de uma teoria global por uma espécie de ‘animismo’ em que os fatos puramente econômicos se tornam sujeitos da história, com um sobrenatural poder de decisão”. (ARENA, 2009 [1959]).

que o autor de FEB desenvolve sobre aquilo que ele classifica como o *problema da mão de obra*, e nos chama atenção para um dos problemas que consideramos extremamente significativos em parte de sua obra, qual seja, da mesma forma que no trabalho do Ipea, na FC, não há algum tipo de crítica mais profunda e direta ao elemento que consideramos delineador da concepção do autor de FEB sobre o subdesenvolvimento brasileiro, isto é, os motivos que, pelos seus argumentos, determinaram o comportamento do antigo escravo – e seus descendentes – no período de transição da escravidão para trabalho livre, e as respectivas consequências para o desenvolvimento brasileiro a partir do novo marco institucional das relações trabalho.

Quase a totalidade das contribuições são silenciosas ou só ratificam a ideia apresentada pelo autor sobre esse tema. Apenas MATTOSO (2009 [1997]) escapa da “naturalização” de suas teses, quando critica a opinião de Furtado de que a abolição teria tido mais um caráter político, do que econômico, porque “não destruiu nem criou riqueza, mas permitiu uma redistribuição dessas riquezas dentro da coletividade nacional”. Além disso, complementa sua discordância afirmando que houve, de fato, uma redistribuição da renda a favor dos ex-escravizados que começaram a receber altos salários após a abolição, mas, o economista insistia que “os ex-escravos preferiam o lazer” a trabalhar todos os dias, porque eles viviam no “limite medíocre de suas necessidades”. Assim, o alerta da autora, nos fornece mais pistas interessantes do lugar que essa problemática passou a frequentar no espaço da produção acadêmica brasileira a partir do direcionamento dado em FEB.

O terceiro e emblemático compêndio é o livro *Celso Furtado e a Formação Econômica do Brasil – Edição Comemorativa dos 50 Anos de Publicação (1959 – 2009)*. Seguindo a mesma linha qualitativa dos trabalhos anteriores, diferencia-se delas no entanto, por trazer um solitário artigo que concorre para confirmar a nossa compreensão de que a quase ausência de referências específicas e diretas ao *problema da mão de obra* em FEB, observada nessas três substantivas amostras sobre o assunto, não significa que o debate levantado em 1959 estaria exaurido pelas interpretações de Furtado e muito menos passível de novas e necessárias releituras. O trabalho de VERSIANI (2009) é bastante revelador nesse sentido. E, se considerarmos as três amostras em referência, podemos afirmar que apenas esse texto tem o foco mais direcionado no sentido de estabelecer o debate sobre o *problema da mão de obra*, mais frontalmente e isso nos leva a algumas conclusões preliminares que serão devidamente aprofundadas no decorrer de nossa narrativa. A mais importante delas é que, sob a leitura de Furtado, a questão da mão de obra – e particularmente a questão do trabalho escravo – se constitui em um aspecto fundante para a compreensão mais abrangente do processo da formação social e da economia brasileira. Diante disso, nos parece correto também afirmar que, a restrição do debate sobre esse assunto em uma amostragem tão relevante da nossa produção intelectual, carece de uma preocupação adicional: porque esse aspecto tão estruturante para as análises originais de Furtado têm sido relegado a um segundo plano, ou avaliado como um problema pontual, no quadro interpretativo de sua obra nesses momentos de oportunas e qualificadas releituras de todo o seu conteúdo?

Pela recorrente necessidade de melhor compreender o complexo período de transição econômica brasileira daquele período e a produção de conhecimento sobre ele, nos vimos compelidos a realizar um aprofundamento desse debate com vistas a uma reinterpretação sobre essa temática a partir de argumentações mais condizentes com a relevância que esse enredo possui na construção da historiografia e no pensamento econômico brasileiro. Para isso, partiremos de uma abordagem crítica sobre esse aspecto da obra de Furtado tomando por base SAMPAIO (2017), onde são analisadas importantes tensões e contradições em FEB, para adicionalmente, dialogarmos de forma mais substantiva com as contribuições teóricas e

metodológicas de MYRDAL (1944), referência que consideramos crucial para consolidar um entendimento apropriado sobre toda essa problemática, numa perspectiva teoricamente mais ajustada.

2. SOBRE O PROBLEMA DA MÃO DE OBRA EM FEB: TENSÕES E CONTRADIÇÕES OU CRENÇAS E VALORES?

O *problema da mão de obra* foi estruturante para toda análise de Furtado em sua obra clássica. Por isso, a sua necessidade de explicar dois aspectos extremamente profundos a ela relacionados, quais sejam, as causas econômicas para a importação em massa de imigrantes europeus com fim da escravidão, *vis-à-vis*, as razões, também econômicas, para a não absorção da força laboral residente. Vista de outra maneira, sua perspectiva pode ser analisada como uma tensão entre a escassez (ou não) de mão de obra para o setor dinâmico da economia, o setor agrícola para exportação com alta rentabilidade, alta concentração de renda e propriedade, com base no trabalho escravo e o potencial de oferta de mão de obra do setor de economia de subsistência, cujas características básicas eram de baixa produtividade e baixos lucros, mas que não estava necessariamente submetida ao regime da escravidão (SAMPAIO, 2017).

De pronto, o que devemos observar é que essa questão não estaria, de fato, relacionada com a indisponibilidade de trabalhadores ou mesmo relacionada à falta de “qualidade” intrínseca da mão de obra local, mas, se referia simplesmente, a um contingente laboral que não estava integrado por meio do assalariamento, mas também, que não eram escravizados no sentido específico do termo. O próprio FURTADO (1989 [1959]), afirmou que, no final do século XIX, existia um reservatório substancial de trabalho no Brasil, que o levou a acreditar que, se não fosse possível resolver o problema das plantações de café com imigrantes, uma solução alternativa teria surgido dentro do próprio país. Isto é, a imigração visava superar a “inelasticidade” do trabalho escravo no setor agrícola para exportação, e não para o mercado de trabalho interno como um todo. Por isso, a questão do trabalho escravo, sua relação com o setor de subsistência e a imigração europeia se constituíram em elementos centrais para a estruturação do pensamento de Furtado para explicar a fase de transição do trabalho livre para o trabalho assalariado, o ciclo expansivo do café e seus desdobramentos o processo de desenvolvimento do país.

No entanto, a despeito de seu esforço para racionalizar economicamente essa complexa e tensa situação, no que se refere a inserção laboral dos ex-escravizados na nova conjuntura econômica e social, o que fica mais exposto em suas declarações é que a premissa fundamental de seu raciocínio é que a força de trabalho imigrante da Europa teria “vantagens comparativas” indiscutíveis sobre os ex-escravizados para o nascente setor cafeeiro do centro-sul do país. Neste aspecto, VERSIANI (2009) resgata argumentos bastante ilustrativos sobre essa passagem no livro de 1959 que ratificam a nossa perspectiva sobre as tensões e contradições contidas na narrativa de Furtado, senão vejamos:

Pode-se distinguir três formas distintas que tomou o movimento de imigração europeia para a lavoura brasileira, no século XIX: a vinda de imigrantes destinados aos chamados núcleos de colonização; o sistema de parceria empreendido a partir da década de 1840, voltado especificamente para cafeeicultura; e o sistema modificado a partir da década de 1880, especialmente com a cobertura dos custos dos transportes dos migrantes por parte do governo. Furtado chama atenção, no Capítulo 22, para os equívocos que envolveram as duas primeiras iniciativas (VERSIANI, 2009, p. 183).

A interpretação de quão “bem-sucedida” teria sido a terceira forma de absorção daquela mão de obra pelo concurso dos fatores favoráveis por parte do governo – notadamente o pagamento do traslado do imigrante e de toda sua família – e a entrega de terras por parte dos contratantes para resguardar a sua subsistência, revela de forma inequívoca, de que tal empreitada se constituía, em verdade, em uma escolha política a favor da mão de obra europeia em detrimento da mão de obra local, em particular, dos Negros recém-saídos da condição de escravizados. Em função disto, a sua afirmação no Capítulo XIV de FEB se reveste de um significado muito maior do que parece denotar a sua narrativa naquela breve passagem:

“As vantagens do trabalhador europeu sobre os ex-escravos são óbvias demais para precisar de maior ênfase. Todavia, se bem não houve um forte incentivo para que os antigos escravos se deslocassem em massa para o planalto paulista, a situação dos mesmos na antiga região cafeeira passou a ser muito mais favorável que a daqueles da região açucareira do Nordeste. A relativa abundância de terras torna possível ao antigo escravo refugiar-se na economia de subsistência” (FURTADO, 1989 [1959], p.139/140).

Diante de tamanha e apriorística demonstração de preferência, tanto a questão da escassez absoluta quanto a pretensa baixa qualidade da força de trabalho local para dar conta do ciclo do café são, a nosso ver, assuntos que exigem um importante reexame devido a substanciais contradições no discurso do autor. A principal delas é sobre qual seria o papel do ex-escravo, na nossa sociedade, quando o sistema da escravidão foi formalmente eliminado concomitantemente com a importação maciça dos trabalhadores da Europa? Nos parece óbvio que uma parte substancial do esforço intelectual de Furtado foi uma tentativa de desatar esse verdadeiro nó górdio e, infelizmente, essa tarefa foi feita à luz de uma das interpretações mais problemáticas, para a historiografia e o pensamento econômico do país, considerando-se a importância adquirida por FEB para a compreensão da evolução da nossa sociedade até aquele período. Além de justificativas econômicas pouco robustas, Furtado faz inferências sobre o comportamento de ex-escravizados e seus descendentes que não resguardavam, nenhuma possibilidade de generalização nos termos por ele proposto.

Ao ler os capítulos sobre *o problema da mão de obra*, apreendemos com algum desconforto, que o economista desenvolve toda a sua argumentação a partir de um modelo mental aparentemente estruturado do ponto de vista puramente técnico, mas com fragilidades tais que exigem profundos questionamentos. Para ele, parecia não haver nenhuma investigação sobre o novo mercado de trabalho em formação para ser desvendada e analisada considerando aquele ambiente complexo e de transformações “paradigmáticas”, mas tão somente, uma racionalização a ser elaborada sob os cânones de uma lógica econômica supostamente coerente, para apoiar eventos já consolidados: o fim da escravidão, a ascensão do ciclo do café e o desejo explícito do *establishment* da época na absorção em grande escala de imigrantes europeus. Para isso, a sua argumentação foi construída com o seguinte desdobramento: devido à escassez e baixa qualidade dos trabalhadores residentes – especialmente os ex-escravizados – para lidar com o crescimento acelerado do setor dinâmico da nova economia, associada a dificuldade de mobilidade inter-regional do trabalho, a “única alternativa” para o crescimento e o desenvolvimento da economia brasileira, daquele momento em diante seria a importação maciça dos “qualificados” trabalhadores europeus para o cultivo do café.

Se no nível macroeconômico Furtado buscou relativizar o papel da abolição como um possível elemento de criação de riqueza, é neste aspecto microeconômico que observamos as manifestações mais discutíveis feitas por ele sobre os efeitos do fim do período da escravidão e o papel que os ex-escravizados - e seus descendentes - tiveram e teriam no desenvolvimento econômico brasileiro a partir de então:

(...) O homem formado dentro desse sistema social está totalmente desaparelhado para responder aos estímulos econômicos. Quase não possuindo hábitos de vida familiar, a ideia de acumulação de riqueza é absolutamente estranha. Demais, seu rudimentar desenvolvimento mental limita extremamente suas necessidades – que são definidas pelo nível de subsistência de um escravo – determina de imediato uma preferência pelo ócio. [...] Podendo satisfazer seus gastos de subsistência com dois ou três dias de trabalho por semana, ao antigo escravo parecia muito mais atrativo ‘comprar’ o ócio que seguir trabalhando quando já tinha o suficiente ‘para viver’ (...). Cabe tão somente lembrar que o reduzido desenvolvimento mental da população submetida à escravidão provocará a segregação parcial desta após a abolição, retardando sua assimilação e entorpecendo o desenvolvimento econômico do país. Por toda a primeira metade do século XX, a grande massa dos descendentes da antiga população escrava continuará vivendo dentro de seu limitado sistema de necessidades, cabendo-lhe um papel puramente passivo nas transformações econômicas do país. (FURTADO, 1989 [1959], p. 140)

Mesmo se considerássemos apenas o estado da arte do conhecimento sobre a economia e demais ciências sociais nos idos de 1959, as profundas impropriedades do conteúdo da citação anterior já “saltam aos olhos” de observadores minimamente atentos. Se admitirmos, adicionalmente, tudo o que foi produzido no campo dessas disciplinas, no Brasil e no exterior, ao redor daquela data e de lá até agora, podemos sugerir que os capítulos em que Furtado aborda a questão do trabalho dos Negros após a escravidão, nunca deveriam ter sido escritas partindo de tais argumentações porque, além de suas gritantes fragilidades históricas e teóricas, elas certamente contribuíram para o fortalecimento de um dos maiores estigmas impostos aos seres humanos submetidos à escravidão no Brasil, que seria a “falta de habilidades” inatas para o trabalho, para a aprendizagem e para atividades econômicas fora do regime político e econômico que os escravizaram.

Mesmo assim, o livro se consolidou como uma parte importante de todo o quadro do conhecimento brasileiro e, portanto, não parece suficiente tentar desfazer essas concepções apenas apontando algumas de suas incongruências graves ou asserções carentes de revisão, mas a partir delas, buscar os caminhos necessários para um processo de desconstrução desse entendimento, porque mesmo com a existência de críticas muito apropriadas, a maioria dos economistas e outros pensadores nas ciências sociais parece ter absorvido a tese apresentada em FEB sem contraditórios ou nenhuma reserva, quando da utilização do trabalho enquanto referência de pesquisa. Na verdade, a questão fundamental que deve ser desestruturada na afirmação de Furtado, em adição da já anunciada “preferência pelo ócio” devido ao “limite medíocre das necessidades de escravos” mesmo após a abolição, são as razões por ele apontada para tais atitudes. Além de nos contrapormos de imediato ao arraigado mito da ausência do raciocínio próprio de *homo economicus* dos brasileiros de ascendência africana subjacente a esse tipo de compreensão, podemos indagar, para efeito de esclarecimento, sob quais modelos de funções de utilidade trabalho-renda-lazer essas afirmações foram construídas?

Significa dizer, que na ausência de comprovações empíricas ou modelo teóricos devidamente testados, nada poderia ser dito, *a priori*, sobre as causas dos supostos

comportamentos dos ex-escravos no momento em que eles entraram no mercado de trabalho assalariado e, muito menos, atribuí-lhes quaisquer características abstratas acerca de um possível desenvolvimento mental rudimentar limitador de suas necessidades como o motivo do seu “comportamento econômico irracional e passivo” tal como explicitado na obra em discussão (SAMPAIO, 2017). Apesar de representar uma construção discursiva aparentemente simples, a assertiva em comento é o núcleo “de uma tese” cujos desenvolvimentos posteriores apontaram para uma construção “teórica” que parece conter aspectos muito mais sérios do que apenas anunciar a “preferência pelo ócio” como causa imediata de sua autoexclusão social e econômica e “motor do atraso e do entorpecimento do desenvolvimento do país ao longo da primeira metade do século XX”, como disse Furtado.

Entre as várias contradições observadas durante a leitura do seu livro, esta é a mais significativa, profundamente simbólica e extremamente nociva. Com efeito, quando observamos que o próprio autor, ao discutir a economia mineira do século XVIII, no mesmo livro, apresenta informações que permitem que qualquer leitor chegue conclusões totalmente inversas àquelas que ele registrou a respeito do baixo desenvolvimento mental do ex-população escravizada para trabalhar na nova empresa cafeeira:

Houvessem chegado ao Brasil imigrantes com alguma experiência manufatureira, e o mais provável é que as iniciativas surgissem no momento adequado, desenvolvendo-se uma capacidade de organização e técnica que a colônia não chegou a conhecer. Exemplo claro disso é **o ocorrido com a metalurgia do ferro**. Sendo grande a procura desse metal numa região onde os animais ferrados existiam por dezenas de milhares – para citar o caso de um só artigo – e sendo tão abundantes o minério de ferro e o carvão vegetal, **o desenvolvimento que teve a siderurgia foi possibilitado pelos conhecimentos técnicos dos escravos africanos**. (FURTADO, 1989 [1959], p. 80, grifo nosso).

A pergunta que deve ser feita é, como indivíduos que possuíam conhecimentos técnicos suficientes para a metalurgia, atividade muito mais complexa do que os manejos agrícolas existentes naquela época e cuja relevância permitiu que Furtado fizesse a observação acima, poderiam ter “um desenvolvimento mental rudimentar” a ponto de se tornarem “inadequados” para o novo mercado de trabalho assalariado surgido para dar suporte ao ciclo do café, como foi afirmado de forma tão categórica em FEB?

Atentar para contradições dessa natureza na construção analítica apresentada no livro e em suas releituras, torna-se fundamental para a desconstrução de “certezas” que levaram tanto à estigmatização dos ex-escravizados e seus descendentes no decurso de nossa história, quanto ao comprometimento do entendimento cientificamente ajustado dos problemas econômicos e sociais tratados a partir de então. Na verdade, o que podemos assinalar é que a perspectiva ideológica subjacente ao modelo apresentado por Furtado não lhe permitiu ver – quase no início da década de 1960! - que, por trás da exclusão socioeconômica dos negros, construída após a abolição, que não haviam defeitos de origem biológica, cultural ou racial dos ex-escravizados e seus descendentes como procurava demonstrar os representantes do *mainstream* da época, cuja leitura o economista parece ter absorvido, a despeito de algumas teses significativamente contrárias de outros autores também muito importantes e reconhecidos, como BASTIDE e FERNANDES (2006 [1955]), que já haviam apontado que a perspectiva da inferioridade racial ou qualquer tipo de “desarranjo mental”, devido a escravização, não era o motivo causal do processo de subdesenvolvimento brasileiro, nem justificativa para a exclusão social de negros, índios e mestiços.

O fato é que a diferença entre a interpretação de Furtado e aquela da obra de Fernandes e Bastide, em relação a inserção dos ex-escravizados e seus descendentes no novo mercado de trabalho é de um contraste qualitativo muito forte, particularmente quando consideramos o lugar que cada um desses autores colocam os ex-escravizados e os seus respectivos papéis socioeconômicos no cerne de suas interpretações para o processo de subdesenvolvimento do Brasil naquele ambiente de profunda transformação. Diante disso, se parte do debate que vinha sendo produzido no Brasil sobre o tema, quando em contraditório com a perspectiva abordada em FEB, não foi suficiente para motivar estudos mais profundos e apropriados acerca da situação das pessoas de ascendência africana no que se refere a sua exclusão social naquele contexto histórico e nem, por outro lado, interromper a trajetória hegemônica do entendimento do pensamento econômico brasileiro mais tradicional a esse respeito, foi imperativo trazer à baila outras interpretações científicas sobre experiências socioeconômicas análogas a situação do país, no período de estudo considerado, para melhor instrumentalizar esse tão importante debate. Com efeito, não nos parece razoável estar ausente do estado da arte das produções acadêmicas a respeito dessa problemática, uma poderosa abordagem sobre o “problema do Negro” numa sociedade com o histórico da escravidão que também teve seu processo de desenvolvimento acelerado a partir de fins do século XIX, disponível para o mundo acadêmico desde a década de 1940, quase 20 anos antes da primeira edição do clássico *Formação Econômica do Brasil*. Tratamos, aqui, da basilar e mais profunda pesquisa sobre a participação do Negro numa sociedade pós-escravagista já produzida até os dias de hoje e que foi condensada no livro *An American Dilemma – The Negro Problem in Modern Democracy* do economista sueco Gunnar Myrdal, publicado em 1944.

Preliminarmente, quatro particularidades devem ser apontadas como justificativas para o uso desse trabalho como elemento fundamental à nossa abordagem sobre a questão da mão de obra no Brasil a partir de FEB. A primeira delas é salientar a importância e a profundidade teórica e metodológica para o campo das ciências sociais dos aspectos abordados em *An American Dilemma*, cujo pano de fundo foi o processo de formação dos EUA que, tal como o Brasil, teve sua economia e sua sociedade construídas sobre séculos de escravização de negros africanos. Em segundo lugar, a despeito do foco do trabalho citado ter sido os Estados Unidos, constata-se que, tanto no livro quanto nos seus desdobramentos, MYRDAL (1944) ofereceu para todo o campo das ciências sociais, poderosos instrumentos de análise que permitiam, de forma inédita, a associação direta entre a situação histórica dos Negros Americanos no que diz respeito a sua inserção social após a abolição e a sua situação socioeconômica a partir de então. Mais precisamente, o autor articulou definições e categorias de investigação, relacionadas a noção de valor – enquanto conceito essencial e muito caro a estruturação do seu pensamento – como objeto intrínseco aos estudos e pesquisas nas ciências sociais e na economia, os quais, para ele, seriam de fundamental importância enquanto elementos determinantes e explicativos para o lugar que esse estrato social se encontravam naquela sociedade no período por ele estudado. Em terceiro, observa-se que mesmo que por vias transversas ou inconscientes, quando Furtado identificou o problema da mão de obra dos ex-escravizados e seus descendentes a partir do fim da escravidão, correlacionando-o como premissa para sua interpretação de que esse contingente populacional tivessem tido um “papel puramente passivo nas transformações econômicas do país”, “entorpecendo o seu desenvolvimento econômico” até os anos de 1950, ele estava, em verdade, tratando do “*Problema do Negro*” no contexto brasileiro, tal como fizera Myrdal em relação ao caso americano.

Finalmente, e particularmente importante, é que enquanto instrumentos de pesquisa, os arranjos disponibilizados a partir do trabalho do autor sueco, se constituíram em robustas

ferramentas de aferição para o entendimento de processos análogos ao americano, independentemente do tempo e do espaço. Com efeito, a partir da sua perspectiva particular de valor e dos conceitos dele desdobrados, a exemplo das articulações entre as crenças e valorações sociais e a racionalização científica nos espaços acadêmicos, inter-relacionadas com as transformações econômicas e institucionais, como as que foram experimentadas entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, muito daquilo que identificamos como tensões, contradições e lacunas nas argumentações feitas ao longo de FEB, podem ser ressignificadas do ponto de vista teórico e metodológico à luz da contribuição do arcabouço produzido por MYRDAL (1944) para sustentar a necessidade de uma releitura que vislumbramos ser extremamente necessária do caso do Brasil. Portanto, incluir tais abordagens no espectro da nossa narrativa é de fundamental importância para compreendermos de forma mais abrangente os dispositivos analíticos do próprio Furtado sobre *o problema da mão de obra*, mas também, e de forma muito significativa, o porquê da hegemonia que suas lições adquiriram no campo da econômica brasileira e disciplinas correlatas nesses sessenta anos de existência de FEB, a despeito das flagrantes fragilidades que procuramos aqui demonstrar.

3. AN AMERICAN DILEMMA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O PROBLEMA DO NEGRO

Logo na introdução de seu emblemático livro, Myrdal nos alerta para o fato de que *“other problems of race relations in United States and the Negro in areas outside of the United States will be left entirely outside the scope of the present inquiry”*. Compreendemos o óbvio recorte metodológico, mas, do estudo dos seus aspectos conceituais e teóricos verifica-se que para além de uma estrutura de investigação dos assuntos relacionados ao Problema do Negro nos EUA, as suas contribuições representam, talvez, o maior e mais profundo quadro de referências para o tratamento das desigualdades sociais e econômicas sob um recorte racial nas sociedades que foram construídas sob o regime da escravidão dos africanos, especialmente no continente americano, a partir do século XVI.

Na verdade, *An American Dilemma* pode ser considerado um dos mais relevantes e complexos Estudos de Caso tendo como foco os problemas gerados por relações raciais que foram amalgamadas pela convivência entre os mesmos estratos sociais responsáveis pela construção de uma nação, a partir de lugares e classes não apenas distintas, mas também, profundamente antagônicas no que se refere ao papel que cada uma delas possuiu na sociedade por séculos de convivência forçada, e que dialeticamente, construíram o *ethos* particular de cada uma delas. Significa dizer que, apesar das diferenças históricas e culturais que resguardam os diversos territórios do mundo e mesmo no próprio continente americano, como é caso, os aprendizados sobre aquela situação social, longe de serem desprezíveis, são na verdade, a pedra de toque para o entendimento de um período de profundas transformações compartilhadas por muitos outros países.

O próprio Myrdal, no curso de sua trajetória acadêmica após a publicação desse importante compêndio, reconhece isso de forma inequívoca. No prefácio à edição sueca de 1972 de seu livro seminal *The Political Element in the Development of Economic Theory*, publicado originalmente em 1930⁴, ele evidencia a importância que *An American Dilemma* teve para o aprimoramento de suas concepções sobre a noção de valor nas ciências

4 Este livro foi publicado originalmente, em sueco, em 1930 com o título *Vetenskap och politik i nationalekonomien*. Para suas referências nesse artigo, utilizaremos a versão publicada em inglês de 1953.

econômicas e como tais aprimoramentos foram fundamentais para o desenvolvimento de seus trabalhos posteriores, sob os mais diferenciados recortes⁵:

No prefácio da edição inglesa de 1953, reproduzido abaixo, refiro-me a como a minha própria concepção do problema do valor mudou a partir de 1939. Naquela época, eu ainda acreditava na existência de uma teoria econômica consistente e objetiva, independente do valor, e isso transparece aqui e ali no livro. Hoje, depois de realizar outros estudos em vários campos – e especialmente após lidar com o problema do negro, dez anos depois -, vejo que isso é incorreto e que são necessárias premissas de valor já na tentativa de estabelecer fatos e relações causais entre os fatos. (...) Desde então, jamais me afastei desse problema do valor. (MYRDAL, 1988 [1953], pag. 11)

A rigor, de 1944 e ao menos até a década de 1970, os resultados do arcabouço analítico por ele estruturado no livro foram responsáveis pelo suporte à sua vasta e diversificada produção científica tendo como foco as questões relacionados a pobreza e ao subdesenvolvimento em escala nacional, internacional e regional. Isso não apenas confirma a universalidade da sua construção para além do estudo de caso, mas fundamentalmente, a credencia para ser utilizada como elemento de discussão para o objeto do presente artigo. Neste diapasão, partiremos de uma leitura dos aspectos que consideramos mais importantes da contribuição de MYRDAL (1944) para os efeitos de nossa narrativa. A saber: (i) O contexto político-institucional sob o qual recaiu a escolha da Fundação *Carnegie Corporation of New York* sobre o economista sueco para dirigir as pesquisas nos idos de 1937; (ii) A discussão sobre o aprofundamento da sua perspectiva teórica sobre a noção de valor e, (iii) a sua contribuição para o entendimento do Problema do Negro Americano a partir da teoria da Causação Circular Acumulativa.

Sobre a escolha de Myrdal para elaboração de An American Dilemma

Entender o contexto institucional que deu suporte a realização deste estudo ainda no final dos de 1930 e da escolha de Gunnar Myrdal para dirigir os trabalhos, é um elemento fundante para se perceber a importância dessa tarefa para o seu autor e para um campo específico da sociedade americana interessada na forma e no conteúdo do tratamento dessa questão. A leitura do prólogo assinado por Frederick P. Keppel, então presidente do *Board of Trustees da Carnegie Corporation*, patrocinadora de todo o projeto, e o prefácio do próprio Myrdal, nos fornece uma síntese bastante elucidativa do ambiente e dos objetivos mais centrais de toda a empreitada. *An American Dilemma*, nas palavras de Keppel, foi uma espécie de inauguração de trabalhos institucionais que extrapolavam os apoios financeiros mais regulares da Fundação às Universidades, Faculdades, Instituições Culturais e Científicas

5 “As contribuições que fiz posteriormente encontram-se, primeiro, na Introdução e nos três primeiros apêndices Metodológicos de *An American Dilemma. The Negro Problem and Modern Democracy* (Harper, 1944). Voltei ao problema em *An International Economy*, Capítulo 1 e apêndice metodológico (Harper, 1956). Algumas partes desses livros juntamente com outras contribuições foram apresentadas em *Value in Social Theory* (Harper, 1958). A segunda parte de *Economic Theory and Underdeveloped Regions* (Gerald Duckworth, 1957) tratava do problema do valor. Em *Asian Drama. An Inquiry into the poverty of Nations* (Pantheon Books, 1968), eu também discuti o problema, especialmente no prólogo, capítulo 2 e 3 e Parte IV. (MYRDAL, 1988 [1953], pag. 11). Continuando a elencar a sua produção ao redor do tema, o autor ainda cita *Challenge of World Poverty. A World Anti-Poverty Program in Outline* (1970); *Objectivity in Social Research* (1969); *The Place of Values in Social Policy* (1972); *The World Poverty problem* (1972) e *Against the Stream. Critical Essays in Economics* (1974).

americanas. Eles partiram para o suporte a uma pesquisa considerada básica no sentido de que havia alguns problemas a serem encarados pelo povo americano, que demandavam estudos em uma escala tão grande, que nenhuma instituição chegaria a avaliá-los como possibilidade de apoio diante de suas limitadas capacidades financeiras. O que houve, portanto, foi uma escolha política para a realização de um estudo sobre o Negro nos EUA, de envergadura ainda não experimentada e, por isso, a iniciativa foi tomada como um desafio muito sério para todos os envolvidos.

Destaque-se, também, o fato de que no *Board* havia o entendimento de que a questão do Negro era “carregada” de aspectos emocionais e políticos, que afetavam tanto Negros quanto Brancos. Desta maneira, apesar de não haver falta de devotados e interessados estudiosos no próprio país que já tratavam do problema, para os patrocinadores do projeto, a escolha para direção-geral dos trabalhos deveria recair sobre alguém com “*fresh mind, uninfluenced by traditional attitudes or by earlier conclusions*”, a respeito desse tão delicado quanto necessário estudo. Daí a escolha ter sido direcionada para Myrdal que já era um economista internacionalmente conhecido e reconhecido como alguém de produção acadêmica qualificada e experiência em políticas públicas num país de alto padrão de escolaridade – a Suécia – mas sem o *background* ou tradições imperialistas conforme esses conceitos eram entendidos pelo *Board*. Adicionalmente, havia uma outra questão basilar para esse conjunto de prerrogativas desejáveis, qual seja, o escolhido teria que dar legitimidade ao projeto e confiança dos Negros e demais interessados no estudo quanto a sua imparcialidade e, mais importante ainda, quanto a sua honestidade intelectual quando da aferição dos resultados de toda a investigação.

Para o autor, por sua vez, o convite a um estrangeiro para passar em revista o mais sério problema racial do país mais importante de todo o continente e indiscutível *player* mundial de grande peso, só poderia ser uma ideia “tipicamente americana” e para muitos de seus interlocutores, segundo ele, “uma ideia aparentemente tola”. Por isso, levantou a possibilidade de criação de um “comitê consultivo” formado por um branco sulista, um branco nortista e um negro para trabalhar sobre algumas considerações políticas ou mesmo “entendimentos práticos” da pesquisa. Porém, sua demanda foi não só desconsiderada, como a orientação que lhe foi dada quanto a seu pedido, foi a de que ele deveria encontrar por si e pela sua própria responsabilidade, “a verdade científica” sobre a matéria sem olhar para nenhum lado, nem para o que seria politicamente desejado por qualquer uma das vertentes mais diretamente interessadas em toda essa discussão. Disciplinadamente, a sua alternativa foi construir, rigorosamente, todo um quadro próprio de referências para o desenvolvimento de seu trabalho de pesquisa.

De início, e sendo um *outsider*, ele teve o grande *insight* de buscar problematizar essa complexa questão partindo de seu acúmulo teórico sobre a noção de valor e da importância das crenças e das valorações humanas para as abordagens científicas. Criou e estabeleceu noções e procedimento metodológicos que restaram muito importantes e operativos para a análise do problema do Negro de forma suficientemente abstrata que extrapolou o contexto americano e as questões inter-raciais *stricto sensu* e a partir daí, concluiu o quão imperativo seria se estabelecer, aprioristicamente, premissas de valor quando da iniciativa de tratar quaisquer questões relacionadas à pobreza, a desigualdade e ao subdesenvolvimento no âmbito da economia e ciências correlatas.

Sobre Crenças, Valores e Fatos nas Ciências Sociais

A força substantiva de *An American Dilemma* está no inédito estabelecimento de referências teórico-metodológicas específicas para dar suporte as suas análises sobre a questão do valor e o seu objeto de pesquisa⁶. Nesse sentido, apontou que a introdução e os três primeiros apêndices de seu trabalho, formaram as bases para tudo o que foi desenvolvido no seu texto original e para as suas posteriores discussões sobre o tema. Serão estes registros, também, as nossas principais referências para o desenvolvimento deste tópico. Isto posto, uma observação de fundo deve ser antecipadamente colocada: MYRDAL (1944) entendia que “o problema do Negro Americano seria, antes de tudo, uma questão moral”, caracterizada pelas tensões entre o que ele chamou de “*American creed*” e as sofríveis condições socioeconômicas vividas por aquele grupo social no interior de sua própria nação. Ou seja, a existência do Problema do Negro Americano não fazia parte apenas da consciência da maioria dos americanos, mas, para a grande parte da sua população branca, o problema do Negro era sempre estruturado por distintas formas de conotações negativas. A simples existência do Negro (biológica, histórica e cultural) enquanto cidadão dos EUA, representava para essa parcela de brancos comuns, tanto do Sul quanto do Norte, em caráter individual ou coletivo, uma anomalia na estrutura sociedade por eles idealizada, mesmo que, em determinadas circunstâncias, essa situação pudesse se conformar como um desafio a ser superado por toda coletividade.

Nesse tenso e contraditório ambiente, continuava o autor, até mesmo o menos sofisticado indivíduo branco, às vezes se conscientizava de sua própria confusão e do contrassenso de suas atitudes. Experimentava um certo nível de reconhecimento da incongruência de seu estado mental e, diante do “*American creed*”, sua percepção moral era significativamente abalada porque havia um forte conflito entre o ideal de liberdade em que eles acreditavam estarem assentados os pilares constitutivos de sua nação – até mesmo em grande parte no Sul – e a ausência de defesa do Negro, dos seus direitos e do seu bem-estar. Em outros termos, o que o autor estava tentando revelar logo no início da sua narrativa, seria qual a sua percepção do *ethos* americano e que apenas a partir da observação mais elaborada desse *ethos*, poderia se analisar mais adequadamente as implicações práticas para a sociedade do chamado Problema do Negro. Ou, como nas suas próprias palavras:

The American Negro problem is a problem in the heart of American. It is there that the interracial tension has its focus. It is there that the decisive struggle goes on. This is the central viewpoint of this treatise. Though our study includes economic, social, and political race relations, at the bottom our problem is the moral dilemma of the American – the conflict between his moral valuations on various levels of consciousness and generality. The “American Dilemma”, referred to in the title of this book is the ever-raging conflict between, on the one hand, the valuations preserved on the general plane which we shall call the “American Creed”, where the American think, talks, and acts under the influence of high national and Christian precepts, and, on the other hand, the valuations on specific planes of individual and group living, where personal and local interests; economic, social, and sexual jealousies; considerations of community prestige and conformity; group prejudice against particular person or types of people; and all sorts of miscellaneous wants, impulses, and habits dominate his outlook (MYRDAL, 1944, introduction, xlvii).

6

Além dos diversos quadros, tabelas e demais registros históricos e estatísticos, são dez os apêndices anexados a todo o estudo, alguns deles subdivididos em quatro partes e, ainda, o apêndice 6 – *Pre war Conditions of The Negro Wage Earner in Selected Industries and Occupations* – que traz dez subitens.

Além da questão moral, mas também em consequência dela, o economista sueco aponta as crenças e os valores sociais como elementos endógenos a quaisquer tentativas de compreender a questão do Negro naquele país. Como para ele a luta moral ocorria dentro das pessoas e não apenas entre pessoas, até mesmo um pobre e deseducado cidadão de uma região isolada do “*deep South*” que, via de regra, era violentamente preconceituosa em relação aos Negros e intentava sobre seus direitos civis e sua humanidade, mas também, paradoxalmente, compartilhava o sentimento geral americano no que diz respeito ao credo pela liberdade, pela igualdade, pela justiça e oportunidade para todos. Numa outra extremidade, havia liberais e até negros, inclusive, que não eram bem resolvidos sobre a questão do preconceito racial e, quando observados mais profundamente, revelavam que eles mantinham muito da maioria dos preconceitos até mesmo contra os seus iguais.

Para MYRDAL (1944), a síntese de tudo isso era que, na sociedade americana, se encontrava inteiros sistemas de crenças populares e concepções institucionalizadas, firmemente arraigadas em relação ao Negro, que eram francamente falsas e que só poderiam ser entendidas quando se levavam em conta os propósitos oportunicamente “*ad doc*” para os quais eles serviam. Depreende-se, portanto, que quando o autor optou por ver o Problema do Negro Americano como primariamente uma questão moral, ele acreditava que essa seria a melhor via para analisar aquilo que estruturava o comportamento de toda a sociedade porque, para ele, seria no âmbito das relações do cotidiano que o problema se apresentaria de forma mais concreta. Estaria no dia a dia das pessoas comuns, pairando sobre seus momentos pensativos e catalisando conflitos morais nas igrejas e escolas, no círculo familiar, nas oficinas, nas esquinas, nos meios de comunicação de massa, nas organizações de classe, nas legislaturas estaduais, no congresso e na suprema corte, etc.

Comparativamente ao estado da arte no campo das ciências sociais de então, o avanço fundamental do pensamento do economista sueco sobre o tema foi a sua percepção de que a influência desses fatores estariam presentes também, e de forma muito particular, na produção acadêmica, científica e no processo de construção do conhecimento no sentido muito mais amplo do que ele próprio já havia aventado em seus trabalhos anteriores. Com efeito, o que deve ser aqui salientado é que foi a partir de sua imersão sobre o Problema do Negro Americano que, o seu entendimento sobre a noção de valor e a sua estreita ligação com as crenças institucionalizadas, restaram por mais evidentes e o conduziram para uma nova compreensão de como tudo isso poderia se transformar em instrumentos de investigação para o objeto de estudo que resultou no livro *An American Dilemma* e para os desdobramentos de suas demais pesquisas, daquele período em diante.

Por conseguinte, percebe-se claramente, a necessidade do trabalho ter tido a preocupação preliminar com a construção de um quadro de referências metodológicas para dar suporte a toda a narrativa. Ele partiu da descrição, com o maior nível de detalhe possível, das condições de vida do povo Negro Americano em suas múltiplas relações com aquela sociedade, para saber, em primeiro lugar, quem seria, no sentido mais abstrato possível, esse “Negro Americano” a ser estudado e quais seriam os elementos mais concretos das condições de como ele vivia, inclusive, as imateriais circunscritas historicamente no *ethos* naquela coletividade. Para tanto, o seu estudo se propôs a ir além dos elementos mais palpáveis do ponto de vista físico e do que poderia ser fisicamente mensurado e buscou dissecar as doutrinas, ideologias, valores e crenças, embutidas nas mentes dos Brancos e dos Negros porque somente a partir das inter-relações entre os fatos, as valorações e a crenças das pessoas

sobre esses fatos, poderia se estruturar a questão do Negro como um problema social, nos termos que o autor acreditava ser necessário para os objetivos de sua investigação:

A crença implícita na existência de um corpo de conhecimento científico adquirido independentemente de todos os juízos de valor é, como eu vejo, ingênuo empirismo. Os fatos não se organizam por si mesmo em conceitos e teorias apenas para serem contemplados; em verdade, exceto dentro da moldura de conceitos e teorias, não há fatos científicos, mas apenas o caos. Existe um iniludível elemento *a priori* em todo trabalho científico. Interrogações devem ser feitas antes que as respostas possam ser dadas. As interrogações são expressão de nosso interesse pelo mundo; são no fundo juízos de valor. Os juízos de valor estão assim abrangidos na fase em que observamos os fatos e elaboramos a análise teórica, e não apenas na fase em que tiramos as deduções políticas de fatos e juízos de valor. Cheguei, por conseguinte, a convicção da necessidade de trabalhar sempre, do princípio ao fim, com explícitas premissas de valor (MYRDAL, 1988 [1953], pag.5).

A partir da assunção da importância das premissas de valor como elemento endógeno às investigações científicas, duas outras questões nos chamam atenção no compêndio de 1944, por se revelarem bastante significativas para os desdobramentos do presente artigo. A primeira delas foi o registro enfático de que para se analisar o Problema do Negro Americano, de forma verdadeiramente compreensiva, o autor defendia que deveria se levar em conta, preliminarmente, o “Problema do Branco Americano”. Ou seja, não seria possível dissociar um problema do outro do ponto de vista histórico, econômico e social sem o risco de se perder a devida consistência científica do processo de investigação. Salienta, inclusive, que quando começou o seu trabalho, a sua concepção era de que ele fosse focado no povo Negro e nas suas particularidades. Mas, durante a sua imersão na pesquisa, ficou cada dia mais evidente que pouca coisa, se alguma coisa houvesse, poderia ser cientificamente explicada em termos das particularidades dos Negros em si, mesmo porque, o que lhe chamou muita atenção, foi o fato de que negros e brancos nos Estados Unidos viviam relações humanas muito singulares quando comparados uns com os outros e tais singularidades não poderiam ser caracterizadas como “normais” mesmo se fossem consideradas, apenas, como desdobramento direto das circunstâncias de vida das suas respectivas classes e grupos sociais historicamente construídas a partir do regime de escravidão.

O que ele procurou demonstrar com a máxima nitidez possível, foi que os Estados Unidos da América era um país construído por e para os interesses dos homens Brancos. Os Negros que foram trazidos escravizados da África vieram para o bem dos lucros desses homens, e a manutenção por centenas de anos do regime escravocrata foi precedida e presidida por esses mesmos dispositivos. Mesmo a guerra da secessão, que resultou na abolição e teve como pano de fundo as divergências entre nortistas e sulistas quanto àquele regime foi, na verdade, uma disputa entre dois grandes grupos regionais de americanos brancos, e a maior ilustração disto é que nos dois primeiros anos da guerra, nenhum desses grupos queriam “os seus Negros” envolvidos no conflito. Sumariamente, mesmo durante a guerra civil pelo fim da escravidão, poderia se dizer que foi uma contenda de Brancos e Negros, separados e sem a solidariedade mútua mesmo em cada um dos respectivos lados do conflito, a despeito de ter havido um “pedágio” de 500 mil mortos e muitos mais feridos, de ambas as raças, para que 4 milhões de Negros foram libertados (MYRDAL, 1944). Percebe-se, portanto, os motivos pelos quais o lugar dos Negros naquela sociedade fosse descrito pelo

economista sueco como algo “precário, incerto e cambiante; não muito diferente de como era necessário e rentável para o homem Branco como o era antes da guerra civil”.

Essa nova tensão também encerra importantes repercussões. A análise do problema do Negro Americano não poderia ser dissociada nem dos interesses históricos dos homens Brancos e, muito menos, não poderia mais ser, em nenhuma hipótese, tratado isoladamente quando das demarcações do desenvolvimento do país, posto que, ele seria parte integral e substantiva daquilo que o autor caracterizou como um problema da Civilização Americana. Isto é, assumia-se, a partir dessa assertiva, que não haveria um simples aspecto do chamado problema do Negro Americano – status político, nível de educação, espaço no mercado de trabalho, traços culturais e de personalidade, etc – que não seria predominantemente determinado por toda a configuração social daquela nação, mesmo que muitas pessoas, particularmente aquelas responsáveis pela produção de trabalhos científicos, inclusive alguns negros, tentassem localizar e demarcar o chamado Problema do Negro dentro dos espaços segregados da sociedade em que os próprios negros viviam.

Desta maneira, a própria estrutura social dos EUA, em sua integridade, seria condicionada pela presença dos seus cidadãos negros, mesmo que pelas dolorosas vias da escravização em que foram submetidos. Todavia, o que MYRDAL (1944) nos alerta enfaticamente com o seu olhar de alguém “from *outside*”, é que este condicionamento da sociedade americana determinado pela presença dos Negros a partir do século XVII, não significaria – sob quaisquer circunstâncias – que a eles devessem ser relegados ao lugar historicamente determinado pela perspectiva e ação dos americanos Brancos que os trouxeram para a América na condição de escravizados.

4. MYRDAL E A TEORIA DA CAUSAÇÃO CIRCULAR ACUMULATIVA

O ponto de partida para se adentrar no universo teórico-metodológico utilizado por Gunnar Myrdal para dar suporte as suas análises em *An American Dilema* se encontra nas suas discussões sobre a noção de valor nas ciências econômicas no livro *The Political Element in the Development of Economic Theory* publicado originalmente na Suécia, em 1929.

Nos prefácios da edição inglesa de 1953 e da nova edição sueca de 1972, o autor explicita o fato de que as suas concepções sobre “o problema do valor” deveriam ser atualizadas porque foram significativamente aprimoradas após as suas pesquisas sobre o Problema do Negro Americano. Mas, em nosso entendimento, já naquela obra de 1929 se podia apreender que Myrdal revelava uma certa perspectiva de que a exposição de fatos, de análises teóricas e de conclusões políticas nos trabalhos científicos no campo da economia demandariam a aplicação de um método que permitisse críticas e desnudamentos de determinados sofismas enraizados na disciplina. Por exemplo, deveria se considerar como endógeno, a essa área de estudos, a existência de juízos de valor inerentes as crenças sociais subjacentes às doutrinas econômicas de suas respectivas épocas, ou seja:

A noção de uma economia de mercado como a coordenação de atividades dirigidas para um objetivo, de um sistema social de economia doméstica eficiente, é comum a todas as doutrinas políticas em Economia. Elas pretendem dizer-nos o que, sob certas hipóteses, é objetivamente correto, e como os negócios da sociedade em conjunto podem ser eficientemente conduzidos. Todas as doutrinas políticas, em

última análise, derivam sua prevenção à objetividade dessa convicção. Vista de um ângulo diferente, a ideia normativa de um “economia” é expressa na teoria do *valor social*. O valor social determina os juízos de valor do objeto coletivo (que está implícito no conceito de “economia”), e fornece assim o padrão pelo qual os fatos econômicos podem ser julgados quando considerados como um processo de economia doméstica social. Somente uns poucos autores lidaram com o conceito de valor social sistematicamente. Na Grã-Bretanha dificilmente é discutido, embora expressões como “riquezas” e “bem-estar” subentendam valor social (MYRDAL, 1988 [1953], pag.126).

Neste contexto, uma das principais construções que viriam a ser estruturadas a partir de sua obra de 1944, seria a ideia de que a própria noção de equilíbrio que vinha dominando por séculos o raciocínio nas ciências econômicas, carecia da devida ressignificação. A noção de estabilidade mesmo quando não estava formalmente introduzida nas pesquisas, surgia implicitamente nas mais diversas avaliações no sentido da ideia de ajustamentos ou desajustamentos quando do tratamento de situações ditas de “equilíbrio” ou quando da análise sobre de uma realidade em vias de mudança. Na verdade, essa sua perspectiva tentava apontar que a ideia de harmonia era também um poderoso veículo para introduzir valorações escondidas dentro das respectivas investigações, uma vez que para uma abordagem dinâmica do processo de transformações nas relações sociais, o esquema de pensamento baseado apenas na ideia de equilíbrio estável seria, para Myrdal, tão indesejável quanto inadequado, se a sua utilização objetivasse uma problematização realmente substantiva dos estudos como descritores efetivos da realidade social sob investigação.

Com essas críticas, o autor sueco queria enfatizar o reconhecimento de novas possibilidades conceituais para identificar formas de equilíbrio, mas sobretudo, explicitar a existência daquilo que ele chamou de forças de acumulação, as quais, seriam responsáveis pela existência, manutenção e a trajetória que poderia se desdobrar evoluções sociais dinâmicas. Por isso, a elaboração desse conceito se constituiu em uma importante ferramenta de análise para o aprendizado sobre a interdependência geral entre todos os fatores relacionados com o Problema do Negro Americano e foi, a partir dessa compreensão, que ele aprimorou a hipótese da causação circular acumulativa ou da teoria do “círculo vicioso” como é mais comumente conhecida, aplicando-a oportunamente em *An American Dilema*⁷.

Essa referência teórica perpassou todo o livro e se consolidou como um poderoso esquema explanatório para o tratamento da dinâmica da causação social e econômica (acumulativas) para o estudo da desigualdade, da pobreza e, especialmente, do subdesenvolvimento. Em linhas gerais, o seu quadro analítico foi estruturado sobre as seguintes hipóteses: **i)** Existência de uma sociedade com dois grupos sociais: um de maioria branca e outro de minoria negra; **ii)** A relação entre esses dois grupos era parcialmente determinada por um nível específico de preconceito e discriminação racial; **iii)** Este preconceito e esta discriminação racial partia dos Brancos contra os Negros; **iv)** O padrão de vida dos Negros era historicamente mais baixo do que o padrão de vida dos Brancos; **v)** Havia uma correlação entre esses dois tipos de padrão de vida; **vi)** Essa correlação se caracterizava pela manutenção do baixo padrão de vida dos Negros devido ao preconceito e à discriminação exercidos pelos Brancos; **vii)** Os motivos do preconceito e da discriminação exercidos pelos Brancos era parcialmente dependente do recorrentemente baixo padrão de vida dos Negros e,

7 A referência conceitual ao princípio de causação circular acumulativa remonta a Knut Wicksell (1851-1926) em seu livro *Juros e Preços* (1936[1898]): Myrdal, que foi aluno de Wicksell, aplicou o conceito pela primeira vez relacionando-o com as expectativas de preços (para cima ou para baixo) em seu livro *Equilíbrio Monetário* de 1939.

viii) Essa sociedade se encontrava, inicialmente, numa posição de “equilíbrio”, isto é, essas condições permaneciam estáveis no período de tempo em que foram observadas.

É diante desse modelo que surgem as suas principais constatações. A primeira delas é que a medida que nessa sociedade abstrata o padrão de vida dos negros caísse ainda mais, comparativamente a posição inicial de “equilíbrio”, o preconceito e a discriminação dos Brancos aumentaria e, num primeiro momento, isso deveria se dar sucessivamente em incrementos acumulativos porque o resultado parcial de cada um dos movimentos iniciais gerariam efeitos finais proporcionalmente acima e retroalimentadores dos impulsos iniciais, estabelecendo assim, o chamado círculo vicioso. Por outro lado, se fosse assumido uma significativa melhoria em uma das variáveis do padrão de vida dos Negros, a tendência de médio prazo seria de uma diminuição do preconceito e da discriminação dos Brancos, da mesma forma que essa mesma melhoria influenciaria, também e positivamente, nas outras variáveis do padrão de vida dos Negros e o círculo, seria então “vicioso”, positivamente. Assim, se na vida social real a dinâmica das relações causais entre os vários fatores que influenciavam o Problema do Negro correspondesse a essa hipótese, então, qualquer mudança em qualquer um desses fatores, independente da direção de onde estivesse vindo, iria, pelos pesos agregados dos efeitos acumulativos, operar para frente e para trás entre todos eles, impondo ao sistema como um todo um efeito resultante numa determinada direção sobre o padrão de vida dos Negros, em uma dimensão e velocidade que dependeria da magnitude e direção do impulso original e das funções de inter-relação causal dentro do sistema, mesmo que essas forças não trabalhassem sempre no mesmo sentido.

Desta forma, quando o sistema começasse a “rodar” as mudanças nas forças de acumulação tenderiam a trabalhar numa mesma trajetória, desde que se estivesse assumindo que as variáveis estariam interconectadas num mecanismo causal onde uma mudança em uma das causas levaria a alterações em outras, na mesma direção, como um efeito secundário sobre a primeira variável e aí por diante. Se, em adição, for considerado que essa hipótese não admitia que o equilíbrio inicial fosse estável e que, com o desempenho do sistema a tendência também não seria o da estabilidade, o que passaria a ser mais importante de se observar, era o efeito acumulativo desses impulsos e da interação entre as variáveis a eles relacionadas. Logo, a tarefa primordial no tratamento de tudo isso, seria analisar a inter-relação causal sistêmica interna e como ela opera sobre a influência de impulsos de fora, particularmente aqueles relativos às crenças e os valores sociais que também estariam subjugados à regra do princípio da acumulação como ora está sendo apresentado. Por conseguinte, do estudo de *An American Dilemma*, resta-nos ter de forma nítida e consciente, que cada fator individual do Problema do Negro Americano exercia uma forte inter-relação com todos os outros fatores, levando a um efeito acumulativo sobre o status do Negro em toda a sociedade.

O preconceito do Branco contra o Negro, por exemplo, mudaria não somente em reação as alterações ocorridas no padrão de vida dos Negros, mas também, devido à existência das expectativas dos Brancos em relação a tais mudanças. Havendo uma demonstração muito acentuada da melhoria do padrão de vida dos Negros no curto ou médio prazos, isso poderia resultar, primeiramente, num movimento tendente a redução do preconceito e da discriminação, mas que deveria não ser sustentável no longo prazo, a medida que a iminente possibilidade dos Negros aproximarem o seu padrão de vida ao dos Brancos, este efeito de segunda ordem, poderia motivar um novo aumento do preconceito e da discriminação dos Brancos, agora, como reação a um provável processo de transformação efetiva nos padrões de vida dos negros que, conforme o modelo, seria contingente e inversamente proporcional as condições de vida dos Brancos. Grosso modo, o que se está identificando, é que em um ambiente de preconceito e discriminações institucionalizadas, os

processos de reversão das precárias condições de vida historicamente associadas aos negros enquanto grupo social sugeriria, aos brancos também enquanto grupo social, alterações nas suas respectivas condições de vida.

Visto dessa forma, o sistema passa a ser extremamente complexo e, por isso, muito complicado do ponto de vista analítico. Todavia, o mais fundamental de toda essa problematização é perceber que o princípio de causação circular acumulativa é uma realidade objetivamente concreta nos sistemas sociais. Ou melhor, todos os arranjos sociais se movimentarão na direção de uma mudança primária, mas deverão ir muito mais além do que essa “ação de primeira ordem”, sucessivamente, caracterizando a chamada causação acumulativa circular. Um crescimento do emprego dos Negros, por exemplo, levaria a um crescimento da renda das suas famílias, das suas condições de nutrição, moradia, saúde; da possibilidade de dar aos jovens negro mais educação, etc e assim todos esses efeitos resultariam na melhoria das oportunidades de conseguir mais e novos tipos de emprego e de ganhos de vida de forma qualitativamente mais sustentável.

Somente por trás dessa percepção diferenciada sobre as barreiras dos preconceitos e das discriminações, poderia se perceber tão ajustadamente a inter-relação entre questões que são ordinariamente comuns no cotidiano da vida de quaisquer grupos sociais em países de diversidade étnica e cultural, como vetores acumuladores de desigualdades nos mais diversos níveis. No caso dos Estados Unidos, até a primeira metade do século XX, podia se perceber a gritante disparidade do padrão vida dos Negros em relação ao dos Brancos em questões muito objetivas, como: a ausência de poder político; o baixo nível seus direitos civis; falta de oportunidades de emprego; precárias condições de moradia, nutrição, vestuário e saúde; bem como sérios constrangimentos relativos aos costumes e a observância das leis, dos seus ideais e suas ideologias que foram subalternizadas por um país de hegemonia de “homens Brancos”. Portanto, a questão mais importante matizada pelo economista sueco, em seu emblemático trabalho, foi que todo o processo de desigualdade social e econômica dos Negros Americanos, naquele período, era largamente resultante da causação circular acumulativa, resultante dos diversos complexos mecanismos de operação de preconceitos e discriminações institucionalizados.

Além disso, a ideia de causação circular cumulativa indicava de forma inequívoca, o reflexo do caráter sistêmico do círculo vicioso nos diversos fatores constitutivos das condições objetivas da vida dos Negros Americanos. Verificou-se, por exemplo, que nenhum impulso positivo estanque em algum daqueles fatores moveria os demais na mesma direção. Apenas a existência desse movimento ou a simples modificação do estado inicial de uma variável qualquer poderia não gerar nenhum efeito acumulativo sobre o status geral do Negro. O que se identifica é que tanto quanto diverso, no sentido quantitativo e qualitativo, os fatores responsáveis pela causação circular também podem ser autônomos e independentes, apesar de interconectados pelos mais distintos arranjos sociais, econômicos e institucionais. Por isso, a forma pela qual sejam aplicadas quaisquer medidas voltadas para o combate das desigualdades, passa a ser um elemento central quando da proposição de intervenções na realidade socioeconômica através de políticas específicas. Isto é, a complexidade e imbricação entre os fatores causadores da acumulação exige um verdadeiro processo de engenharia social calcada no conhecimento e na operação de como todos os fatores que são inter-relacionados, mas, não funcionam entre si como uma simples cadeia de causas e efeitos. Exige-se, ter total ciência de qual o efeito e a extensão que uma mudança primária em um determinado fator teria sobre os outros fatores porque uma política que pretenda ser racionalmente eficaz e efetiva nunca poderá ter como propósito, trabalhar por mudança num único aspecto de um problema que, por suposto, é eminentemente complexo e multifatorial.

Por isso, MYRDAL (1944) refutou a ideia de que o problema do Negro Americano teria por base um único fator econômico ou apenas elementos de natureza estritamente material no centro de sua estruturação. Ao estudar as variadas causas da discriminação no mercado de trabalho, por exemplo, ele afirmava o quão era difícil perceber qual seria o peso preciso e o vetor determinante dos elementos econômicos que resultavam no processo de discriminação generalizada. O ambiente político-institucional e demais aspectos normativos a ele relacionados, muitos dos quais amalgamados pelos séculos de escravidão, teriam um papel central na conformação dos preconceitos e das discriminações no mercado de trabalho, da mesma forma que outras questões de natureza econômica, concorreriam para a manutenção do baixo nível de acesso a saúde, a educação e a participação política; aspectos da vida social que podem não estar subordinados às relações de mercado no sentido mais restrito. Desta maneira, nem do ponto de vista teórico, nem do ponto de vista empírico, não haveria nenhuma razão para destacar uma variável específica como causa básica para a existência e a persistência dos precários padrões de vida dos Negros Americanos enquanto grupo social, comparativamente ao nível de bem-estar experimentado pelos Brancos, mesmo considerando as condições socioeconômicas sofríveis que eram justificadas, por muitos e na maioria das vezes, pela associação direta com a “herança” recebida pelos Negros devido à escravidão.

O resumo desse complexo e profundo enredo, é que MYRDAL (1944) conseguiu desenvolver um arcabouço referencial que o permitiu afirmar que num sistema interdependente de causação dinâmica de condições sociais específicas, fruto de crenças e valores arraigados, não haveria como se apontar uma “causa primária” na dinâmica social e econômica que se sobrepusesse a todas as demais e, em função disso, o tratamento científico, acadêmico e em termos de políticas voltadas para discussão em tela e a sua superação deve ser encarado de forma o mais abrangente possível, dentro das condições e dos instrumentos de análise objetivamente disponíveis. Do ponto de vista da *praxis* científica, isso descortinou um novo e importante estágio da teoria social dinâmica e cujos desdobramentos seriam particularmente importantes para a produção do conhecimento nas ciências sociais e, em especial na economia, a partir de então.

5. À GUIA DE CONCLUSÃO

Não há como iniciar as considerações finais desse artigo sem retomar o diálogo franco e direto com a obra de FURTADO (1989 [1959]), indo ao ponto central de nossa problematização:

(...) o reduzido desenvolvimento mental da população submetida à escravidão provocará a segregação parcial desta após a abolição, retardando sua assimilação e entorpecendo o desenvolvimento econômico do país. Por toda a primeira metade do século XX, a grande massa dos descendentes da antiga população escrava continuará vivendo dentro de seu limitado sistema de necessidades, cabendo-lhe um papel puramente passivo nas transformações econômicas do país. (FURTADO, 1989 [1959], p. 140)

A simples leitura desse extrato da *ópera magna* ratifica o nosso convencimento da necessidade de uma qualificada revisão das análises feitas pelo economista sobre aquilo que ele denominou de *problema da mão de obra*. Além das profundas contradições de seu próprio texto, a ausência de robustez teórica e histórica que pudesse dar suporte a análises dessa natureza nos motiva a defender que aquelas afirmações jamais deveriam ter sido feitas, mas, em tendo sido, não há uma justificativa cientificamente plausível para a permanência da

sua hegemonia acadêmica e institucional, como tem se verificado a partir da segunda metade do século passado. Inexiste um único elemento, em toda narrativa de FEB, que nos permita absorver sem substantivos contrapontos analíticos à altura do necessário tratamento de um tema tão importante para a compreensão da nossa progressão socioeconômica.

Todavia, o conteúdo de Formação Econômica do Brasil continua sendo obra de referência para o estudo da economia e das políticas públicas para superação de nosso subdesenvolvimento e, ainda hoje, funciona como texto básico para um vasto campo de disciplinas, onde se constata que para a maioria dos estudiosos sobre o tema, os questionamentos aqui levantados, sequer se constituem num problema de fundo que demande maiores atenções. Da amostragem utilizada, apenas MATTOSO (2009 [1997]), DELGADO (2009) e VERSIANI (2009) circundam aspectos de nossas indagações sem, contudo, adentrarem no cerne daquilo que consideramos os maiores problemas das argumentações de Furtado, que é ausência completa de referências empíricas e teóricas para dar sustentação às suas enfáticas observações acerca do comportamento dos ex-escravizados e seus descendentes, quando do fim da escravidão no Brasil e as respectivas consequências para a economia brasileira.

Na verdade, VERSIANI (2009) aprofunda muitos aspectos deste tenso debate e sugere a existência de pontos que carecem correção, especialmente, a ideia de que a escravidão era “base de um sistema regional de poder”, desenvolvida no capítulo 24 de FEB. Segundo ele, evidências surgidas após a publicação de 1959, enfraqueceria esse entendimento a medida que o regime escravista era não só do interesse das elites da grande lavoura, mais também, da ampla parcela da população livre. Mas, termina por relativizar a sua própria percepção afirmando que “Furtado certamente estava em boa companhia quando reduziu sua análise do trabalho escravo, aplicado às atividades produtivas, somente aos casos da grande propriedade do açúcar e do café”, repetindo assim, “o que fizeram outros intérpretes clássicos da escravidão entre nós”.

Porém, o capítulo 24 – que trata diretamente da eliminação do trabalho escravo – é a etapa conclusiva das quatro subdivisões que versam sobre *o problema da mão de obra* e é nele que se revela a mais profunda concepção de Furtado do que representava e qual foi o papel dos ex-escravizados para a economia do país após a abolição. Desta maneira, como “um dos demiurgos do Brasil”, ele não avançou em nada no que se refere a um exame mais compreensivo da participação dos descendentes de africanos na nossa formação econômica, fora do escravismo. Ao articular uma abordagem sobre o comportamento dos ex-escravizados e seus descendentes sob os cânones de uma lógica econômica supostamente coerente, mas partindo de um contexto parcial da escravidão brasileira, sem um exaustivo estudo sobre as condições de vida e das estratégias de sobrevivência dos Negros para além de fornecedores inatos de mão de obra para as grandes lavouras da cana e do café, suas teses, além de pouco úteis para generalizações científicas, concorreram para dar vigor a concepções sabidamente racistas como era tradição do circuito hegemônico da historiografia brasileira daquele período.

Ainda se considerássemos que os problemas do capítulo 24 tivessem surgido após novas evidências sobre a amplitude do escravismo como pontua VERSIANI (2009), duas outras questões precisam ainda serem colocadas de forma bastante objetiva. A primeira delas é que quaisquer análises que se propusessem tratar da questão da mão de obra após a escravidão, isto é, de todo o contingente laboral formado por africanos e seus descendentes remanescentes de quase 350 daquele sistema, não poderiam estar subordinadas apenas a existência de dados ou evidências empíricas para a sua compreensão do ponto de vista da produção do conhecimento. Na história econômica, aprende-se desde cedo, que além do

registro e da descrição dos fatos no tempo, exige-se a articulação desses fatos com os aspectos inerentes a economia e ao desenvolvimento da sociedade, inclusive e desejosamente, sob quadros referenciais epistemológicos que lhe deem verdadeiro sentido.

Um segundo e emblemático entendimento a ser enfatizado é que, diferentemente dos chamados demiurgos já referidos, a base de conhecimento disponível no campo da economia e disciplinas correlatas, no Brasil e no mundo, em fins da década de 1950 sobre o tema, era muito mais vasta e diversa do que aquelas existentes até primeira metade do século e Furtado, um reconhecido “homem do mundo”, não poderia passar ao largo dessas referências. Nesse sentido, o trabalho de MYRDAL (1944), *An American Dilemma – The Negro Problem in Modern Democracy*, apresentou-se com fundamental importância para a nossa abordagem porque se constitui num Estudo de Caso cujas referências conceituais, teóricas e metodológicas conformaram um poderoso instrumental para revisitação da questão da mão de obra na formação econômica do Brasil, sem, necessariamente, nos impor a contingência do uso de abordagens posteriores à publicação de 1959, para efeito de nossas principais inquirições.

Enquanto estudo de caso, a modelagem de todo o processo de exploração do *Problema do Negro Americano* nos foi extremamente proveitoso para validar nossas impressões sobre as diversas contradições, tensões e lacunas em FEB que, a partir desse novo ferramental, passam a assumir outros importantes significados. Como pode ser observado nos itens 3 e 4 deste artigo, *An American Dilemma* se propôs a constituir uma espécie de estado da arte sobre a situação dos americanos de ascendência africana como uma das grandes questões a serem estudadas naquele país, de envergadura ainda não experimentada. Ademais, ao atribuir a direção-geral dos trabalhos a um *outsider*, de um país nórdico “sem tradições imperialistas” e com “mente fresca, não influenciada por atitudes tradicionais nem conclusões precipitadas”, mesmo que inconscientemente, os propositores do trabalho abriram o espaço para que a investigação partisse do nível mais basilar daquela sociedade. Desta maneira, Myrdal se viu compelido a partir da observação do *ethos* daquela civilização, para analisar mais adequadamente as implicações práticas do seu objeto de pesquisa e, por isso, nele foram incluídas desde questões morais – e, em consequência delas, as crenças e os valores sociais – até as mais experimentadas categoriais de análise da economia e das ciências sociais, como elementos endógenos para estruturação de toda a sua investigação.

Assim, ele identificou inteiros sistemas de crenças populares e concepções institucionalizadas, firmemente arraigadas em relação ao Negro, que eram francamente falsas e que só poderiam ser entendidas quando se levavam em conta os propósitos oportunistamente “*ad doc*” para os quais eles serviam, inclusive, no processo de construção do conhecimento. Portanto, foi a partir de sua imersão sobre o *Problema do Negro Americano* que o seu entendimento sobre a noção de valor em sua estreita ligação com as crenças institucionalizadas, o levaram a perceber que deveria se considerar como intrínseco à produção acadêmica, a existência de juízos de valor inerentes a credos subjacentes às doutrinas econômicas e das ciências sociais de suas respectivas eras. Nesse contexto, MYRDAL (1944) demonstrou a existência de Princípios de Acumulação que levavam a Causações Circulares Acumulativas, ou Círculos Viciosos, como realidades objetivamente concretas nos dispositivos sociais. Comprovou, por exemplo, que nenhum impulso positivo estanque em algum dos fatores relacionados às condições de vida nos Negros moveria, necessariamente, os demais fatores na mesma direção e a simples modificação do estado inicial de uma variável qualquer poderia não gerar nenhum efeito acumulativo sobre o status geral do Negro.

A partir disso, concluiu que num ambiente de preconceitos e discriminações institucionalizados, os processos de reversão das precárias condições de vida dos Negros enquanto grupo social, era largamente resultante do círculo vicioso derivado dos diversos e complexos mecanismos de operação de um conjunto de intolerâncias historicamente dominantes na sociedade. Por isso, refutou a ideia de que o *Problema do Negro Americano* teria por base um único fator econômico ou apenas elementos de natureza estritamente material no centro de sua estruturação e a sua superação exigiria um verdadeiro processo de engenharia social calcada no conhecimento de como todos os fatores que apesar de serem inter-relacionados, não funcionam entre si como uma simples cadeia de causas e efeitos.

Em vista disso, mesmo considerando as abissais diferenças entre a sociedade norte-americana e a brasileira nas épocas sob análise, é imperioso admitir que as lições de MYRDAL (1944), são fundamentais para lançar luzes sobre um conjunto de problemas ainda em aberto e cientificamente muito vulneráveis a respeito do tema, nos termos tratado neste artigo. O mais emblemático deles é que a Teoria da Causação Circular Acumulativa, mesmo sendo largamente utilizada por uma parte significativa dos economistas brasileiros, quando de debates sobre o nosso subdesenvolvimento, relega a planos inferiores ou trata de forma marginal um aspecto essencial: as bases de sua formulação foi resultante da imersão, de um dos maiores economistas do século XX, sobre o *Problema do Negro Americano* que, por uma rápida analogia, poderia, no mínimo, fornecer relevantes indicações para a melhor compreensão da *Questão do Negro no Brasil*, tratada, recorrentemente por aqui, apenas como *um problema de mão de obra*.

6. REFERÊNCIAS

- ARENA, Renato. Fortuna Crítica. In: FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Edição Comemorativa – 50 anos. Organização Rosa Freire d’Aguiar Furtado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 350-360.
- BASTIDE, Roger; FERNADES, Florestan. **Branços e negros em São Paulo**: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. 4. ed. São Paulo: Global, 2006. 302 p.
- COUTINHO, Maurício, Fortuna Crítica. In: FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Edição Comemorativa – 50 anos. Organização Rosa Freire d’Aguiar Furtado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 519-544.
- DEAN, Warren. Fortuna Crítica. In: FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Edição Comemorativa – 50 anos. Organização Rosa Freire d’Aguiar Furtado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 423-426.
- DELGADO, Guilherme. **Terra e Mão de Obra em Formação Econômica do Brasil**. In. ARAÚJO, Tarcísio Patrício de et all. **50 anos de Formação Econômica do Brasil – Ensaio Sobre a Obra Clássica de Celso Furtado**. Rio de Janeiro, Ipea. 2009. 290p.
- _____. **Formação Econômica do Brasil**. 23. ed. São Paulo: Editora Nacional. 1989. 248 p.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. Fortuna Crítica. In: FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Edição Comemorativa – 50 anos. Organização Rosa Freire d’Aguiar Furtado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 471-488.
- MYRDAL, Gunnar. **An American Dilemma – The Negro Problem and Modern Democracy**. Harper & Brothers Publisher, New York/Londres, 1944. 1.538p.
- OLIVEIRA, Francisco de. Fortuna Crítica. In: FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Edição Comemorativa – 50 anos. Organização Rosa Freire d’Aguiar Furtado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 489-509.

SAMPAIO, Elias de Oliveira. **Celso Furtado: Tensions and Contradictions about the manpower problem in his classical book Economic Formation of Brazil.** In. 51st Annual Conference of the Canadian Economics Association, Nova Scotia's St Francis Xavier University, June 2nd to June 4th, 2017.

SODRÉ, Nelson Werneck. Fortuna Crítica. In: FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** Edição Comemorativa – 50 anos. Organização Rosa Freire d'Aguiar Furtado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 347-349.

VERSIANI, Flávio Rabelo. Trabalho livre, trabalho escravo, trabalho excedente: mão de obra na Formação Econômica no Brasil. In: **CELSO FURTADO E A FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL – EDIÇÃO COMEMORATIVA DOS 50 ANOS DE PUBLICAÇÃO (1959 – 2009).** COELHO, Francisco da Silva e GRANZIEIRA, Rui Guilherme. (Orgs.). São Paulo: Atlas, 2009. 239p.